

## **Ações populares protagonizadas por mulheres no combate à pandemia de COVID-19: os casos da Vila Moscou e do complexo do Parque Oziel (Campinas/SP)**

**Julia Lopes da Silva**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP, Brasil  
Email: julia.ls4@puccampinas.edu.br

**Patrícia Rodrigues Samora**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP, Brasil  
Email: patricia.samora@puc-campinas.edu.br

**Recibido:** 21.05.2021 | **Aceptado:** 06.08.2021

**Resumo:** A pandemia de COVID-19, que pode ser entendida como um desastre, vem gerando intensos esforços internacionais para sua contenção. O Brasil é um dos países mais afetados por esta crise, que deflagrou inúmeras iniciativas populares a fim de remediar suas consequências. O objetivo deste artigo é apresentar experiências protagonizadas por mulheres da Vila Moscou e do complexo do Parque Oziel, assentamentos informais do município de Campinas/SP, no enfrentamento da pandemia e de seus efeitos. A partir destes estudos de caso, realizou-se uma análise crítica da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil quanto à participação popular. Como resultado, concluímos que a escuta de mulheres e o envolvimento comunitário podem tornar políticas e planos de gestão de desastres mais eficazes e, com isso, gerar melhorias territoriais, bem como minimizar as vulnerabilidades urbano-ambientais vivenciadas pela população.

**Palavras-chave:** Participação popular; gênero; assentamentos informais; vulnerabilidade feminina.

## **Acciones populares lideradas por mujeres en el combate a la pandemia COVID-19: los casos de Villa Moscú y el complejo Parque Oziel (Campinas/SP)**

**Resumen:** La pandemia de COVID-19, que puede entenderse como un desastre, viene generando intensos esfuerzos internacionales para contenerla. Brasil es uno de los países más afectados por esta crisis, que desencadenó numerosas iniciativas populares para remediar sus consecuencias. El objetivo de este artículo es presentar experiencias realizadas por mujeres de Villa Moscú y del complejo Parque Oziel, asentamientos informales de la ciudad de Campinas/SP, en la lucha contra la pandemia y sus efectos. A partir de estos estudios de caso, se realizó un análisis crítico de la Política Nacional de Defensa y Protección Civil en materia de participación popular. Como resultado, concluimos que la escucha de las mujeres y la participación comunitaria pueden hacer que las políticas y planes de manejo de desastres sean más efectivos y, por tanto, puedan generar mejoras territoriales, así como minimizar las vulnerabilidades urbano-ambientales que vive la población.

**Palabras clave:** Participación popular; género; asentamientos informales; vulnerabilidad femenina.

## **Popular Actions led by Women in Combating the COVID-19 pandemic: the Cases of Vila Moscou and the Oziel Park Complex (Campinas/SP)**

**Abstract:** The COVID-19 pandemic, understood as an environmental disaster, has generated intense international efforts to contain it. Brazil is one of the most affected countries by this crisis, which triggered numerous popular initiatives to deal with its consequences. This article aims to present experiences carried out by women from Vila Moscow and the Parque Oziel complex, informal settlements in the city of Campinas, State of São Paulo, against the pandemic's effects. Based on these case studies, we conducted a critical analysis of the National Policy of Civil Defense and Protection regarding popular participation. As a result, we conclude that listening to women and community involvement can make disaster management policies and plans more effective and therefore, generate territorial improvements and minimize the urban-environmental vulnerabilities experienced by the population.

**Keywords:** Popular participation; gender; informal settlements; female vulnerability.

### **Como citar este artículo:**

Lopes da Silva, J. y Rodrigues Samora, P. (2021). Ações populares protagonizadas por mulheres no combate à pandemia de COVID-19: os casos da Vila Moscou e do complexo do Parque Oziel (Campinas/SP). *Polis Revista Latinoamericana*, 20 (60), 68-89. doi: <http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2021-N60-1656>

## **Introdução**

Em 2020, a rápida disseminação do vírus SARS-CoV-2, responsável pela pandemia do novo coronavírus, impôs um desafio global, associado à elaboração de ações capazes de conter sua propagação. Mesmo diante de todas as medidas sanitárias adotadas por diversos países, já são 191 milhões de casos confirmados e mais de 4 milhões de mortos (Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, 2021). Somente no Brasil, o novo coronavírus foi responsável pela contaminação de 19,5 milhões de pessoas e pelo óbito de cerca de 540 mil (Ministério da Saúde, 2021)<sup>1</sup>.

No Brasil, um dos países mais afetados pela pandemia de COVID-19, a doença acarretou uma série de consequências para além da área de saúde, como o aumento do desemprego<sup>2</sup>, da fome (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2021), da violência contra as mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021) e da sobrecarga de trabalho doméstico (ONG Sempre Viva Organização Feminista, 2020), afetando desproporcionalmente a população feminina. Não obstante, o governo federal vem promovendo uma completa desgovernança desta crise e, conseqüentemente, parte da população se

<sup>1</sup> Dados coletados em 22 de julho de 2021.

<sup>2</sup> De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, a taxa de desocupação registrada no país foi recorde em 2020, ultrapassando 14,6% (IBGE, 2020a).

viu obrigada a se mobilizar para responder aos efeitos imediatos da pandemia a fim de garantir sua sobrevivência. Não por acaso, diversas dessas iniciativas foram protagonizadas por mulheres.

Este artigo objetiva apresentar experiências insurgentes, protagonizadas por mulheres que habitam áreas de risco (Vila Moscou e complexo do Parque Oziel) do município de Campinas/SP no enfrentamento da pandemia e dos efeitos causados pelo COVID-19. A partir dos estudos de caso, realizou-se uma análise crítica da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), de modo a evidenciar as limitações que a falta de participação popular acarreta à construção de cidades resilientes.

Para tanto, o método empregado se relaciona, em um primeiro momento, à realização de levantamento teórico-documental de modo a demonstrar: a) os motivos que nos levam a entender a pandemia de COVID-19 como um desastre (EM-DAT, 2021; Fundação Oswaldo Cruz, 2020; Freitas et al., 2020; Lavell et al., 2020); b) a vulnerabilidade de assentamentos informais urbanos, marcados pela precariedade de infraestrutura, habitação, meio ambiente etc., ao vírus SARS-CoV-2 (Fundação João Pinheiro, 2021; IBGE, 2019); c) a maior vulnerabilidade de mulheres diante de eventos extremos (UN Office for Disaster Risk Reduction, 2012; Comey et al., 2020).

Na sequência, através de levantamento documental, descrevemos quais as melhores práticas, de acordo com o consenso científico internacional, para combater o vírus SARS-CoV-2 (World Health Organization, 2021) e contextualizamos brevemente o desenrolar da pandemia no município de Campinas (Silva et al., 2021; Fundação FEAC, 2020).

Após, apresentamos a Vila Moscou e o complexo do Parque Oziel. Descrevemos as ações populares adotadas nessas localidades para combater a pandemia e seus efeitos, bem como os resultados por elas alcançados. Para tanto, realizou-se coleta de depoimentos de duas lideranças comunitárias locais: Cássia, da Vila Moscou, e Andrea, do complexo do Parque Oziel. Através dessas conversas, buscamos entender um pouco sobre: a) o histórico dessas comunidades, b) o impacto da pandemia sobre as populações que ali habitam; c) as ações que foram desenvolvidas no combate aos efeitos da pandemia, bem como os resultados que elas geraram.

Em seguida, cotejamos os estudos de caso com levantamento teórico-documental (ONG Sempre Viva Organização Feminista, 2020; Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2021; Onyango, 2020) a fim de tecer considerações sobre os impactos da pandemia sobre a população feminina. Por fim, analisamos a PNPDC, no que concerne a participação popular, à luz dos estudos de caso e de levantamento teórico-conceitual (Gohn, 2006; Porto; Finamore, 2012; Holston, 2016; Mirafitab, 2016; Caldeira, 2017; Manzi; Latendresse, 2018).

Convém esclarecer que a cidade de Campinas foi escolhida como estudo de caso pois está localizada em São Paulo, estado brasileiro com maior número de casos de coronavírus.

Campinas soma mais de 123 mil pessoas infectadas pelo vírus SARS-CoV-2 (Prefeitura Municipal de Campinas, 2021a), aparecendo como a 2ª cidade do estado de SP com maior número de casos de COVID-19 (Congresso em Foco, 2021). Em Campinas, registrou-se aproximadamente 4 mil óbitos até 22 de julho de 2021. A taxa de incidência da doença e de mortalidade, no município, são superiores às registradas no estado de São Paulo e no Brasil (Prefeitura Municipal de Campinas, 2021b), o que denota a precária situação municipal.

## **Gênero, desastres e vulnerabilidade**

A pandemia de COVID-19 pode ser classificada como um desastre já que, de acordo com classificação do *Emergency Events Database - EM-DAT (2021)*, eventos extremos são organizados em dois grupos: ambientais e tecnológicos. Uma das categorias dos desastres ambientais são os eventos biológicos, ou seja, aqueles causados pela exposição a organismos vivos e suas substâncias tóxicas ou doenças por eles transmitidas, como epidemias e infestações de insetos. Essa classificação dialoga com a tendência global, observada a partir de 2015, que promoveu a aproximação e integração das agendas relacionadas às emergências em Saúde Pública e à redução de riscos de desastres (Fundação Oswaldo Cruz, 2020).

Convém ressaltar que desastres (enchentes, inundações, pandemias etc.) não podem ser considerados fenômenos naturais. Isso está associado ao fato de que, para um desastre ocorrer, três condições são necessárias: exposição ao perigo, condições de vulnerabilidade e baixa capacidade de resposta que, juntas, resultam em impactos socioambientais e perdas econômicas (Freitas et al., 2020). No caso da pandemia de COVID-19, destaca-se que *"el agente infeccioso (virus) en sí mismo no es una amenaza a menos que se transporte y se propague de una manera que exponga a un gran número de personas"* (Lavell et al., 2020, p. 5). Todavia, graças à rápida disseminação do vírus, às condições de vulnerabilidade da população e do território e às respostas iniciais inadequadas em diversos países, a COVID-19 se tornou um risco extenso, de caráter global.

Para Alcántara-Ayala et al. (2020), reconhecer a pandemia de COVID-19 como desastre traz relevância para políticas que buscam gerenciar de forma interdisciplinar e integrada as diversas dimensões do risco. Destaca-se a importância de que tais medidas sejam empregadas em sinergia com ações para redução da vulnerabilidade da população, já que *"los desastres asociados con el virus y la enfermedad COVID-19 representan la materialización de condiciones de riesgo preexistentes y subyacentes"* (Lavell et al., 2020, p. 3).

Nesse sentido, destaca-se a ampla presença de assentamentos informais, caracterizados por sua precariedade, em território brasileiro. Porquanto, uma parte considerável da população nacional se encontra em situação de vulnerabilidade. Em 2019, o déficit habitacional estimado para o Brasil foi de 5,876 milhões de domicílios, dos quais 5,044 milhões estão localizados em área urbana. São Paulo é o estado com maior déficit absoluto, concentrando 1,226 milhão de unidades (Fundação João Pinheiro, 2021). Tal situação faz com

que inúmeras famílias de baixa renda se vejam obrigadas a habitar áreas ignoradas pelo mercado imobiliário formal, como áreas ambientalmente sensíveis que, quando ocupadas, representam risco para as pessoas que ali se instalam. Frequentemente, estes locais apresentam condições de infraestrutura urbana precárias ou inexistentes e a autoconstrução e a coabitação também são uma realidade. Esses são fatores que deixam as populações que ali residem expostas aos mais diversos tipos de desastres, como enchentes, inundações, incêndios e doenças.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2021), as mulheres são a pessoa de referência da maior parte dos domicílios com déficit habitacional no Brasil, isso é, 3,523 milhões (60%) dos domicílios com déficit, em 2019, tinham como responsável uma mulher. De acordo com Lacerda et al. (2021), é importante analisar tais dados em função da organização familiar brasileira: desde a década de 1960 as famílias denominadas “monoparentais com filhos” são as que mais crescem no país – grupo que é formado, majoritariamente, por mães solas e seus filhos. Em 2018, o Brasil registrou mais de 11 milhões de famílias desta tipologia (IBGE, 2019). Destaca-se que 61% das mães solas brasileiras são negras, o que revela a importância da intersecção entre as variáveis etnia e sexo nas experiências habitacionais da população. Com baixos salários e responsáveis pelos cuidados da casa e da família, as mulheres brasileiras precisam se equilibrar “entre o trabalho produtivo e reprodutivo, e muitas vezes não conseguem arcar com os custos da moradia” (Lacerda et al., 2021). Logo, observa-se a maior vulnerabilidade das mulheres, particularmente das mulheres negras, em relação a eventos extremos, uma vez que são maioria em áreas urbanas informais. Isso está associado à chamada injustiça ambiental, ou seja, a constatação de que sobre grupos historicamente subalternizados recai a maior parte dos riscos ambientais (Bullard, 1983).

Destaca-se que uma abordagem interdisciplinar nos processos de gestão dos riscos de desastres é essencial para uma resposta apropriada à questão. Reconhecer as múltiplas e sobrepostas discriminações que determinados grupos enfrentam, e que estas refletem em maior vulnerabilidade diante de desastres, é ponto de partida para lidar com o tema de forma adequada (Camey et al., 2020).

No que diz respeito ao aspecto “gênero”, as mulheres têm 14 vezes mais chances de morrer durante um desastre, o que está associado a fatores socioeconômicos e culturais relacionados à violência de gênero em suas várias expressões - como a partilha injusta de direitos, recursos e poder, além de regras e normas culturais repressivas - o que as tornam as maiores vítimas de desastres<sup>3</sup> (UN Office for Disaster Risk Reduction 2012).

Apesar da especial vulnerabilidade que muitas mulheres experimentam diante de eventos extremos, estas não devem ser encaradas apenas como vítimas passivas dessa conjuntura,

---

3 É importante salientar que indivíduos pertencem simultaneamente a múltiplos grupos sociais. Neste contexto, gênero aparece apenas como uma variável (Zaidi; Fordham, 2021). Apesar disso, no campo dos desastres, mulheres muitas vezes são reduzidas a uma categoria homogênea que teoricamente vivencia a vulnerabilidade de maneira universal, independentemente de outros fatores, como idade, etnia, renda, nacionalidade, religião, orientação sexual etc. (ibidem, 2021). Porquanto, há que se reconhecer que não existe uma categoria universal de mulher e que nem todas as mulheres são igualmente vulneráveis a eventos extremos.

já que possuem grande potencial para promoção de ações de mitigação e gestão de desastres e sua participação em processos decisórios locais aparece como característica central na busca por comunidades resilientes (UN & International Strategy for Disaster Reduction, 2008). Tal posicionamento aparece em importantes tratados internacionais, como o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres (RRD), a Nova Agenda Urbana Habitat III, o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O Brasil é signatário de todos eles.

Segundo Gohn (2007), as mulheres são maioria nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho. Nestes espaços, a população feminina se destaca pelos altos índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas. Não por acaso, mulheres possuem maior clareza sobre as necessidades familiares e os limites dos equipamentos públicos de suas comunidades, sendo frequentemente lideranças comunitárias e responsáveis por outros grupos, como crianças, idosos e pessoas com deficiência – o que se dá em função do trabalho reprodutivo ser tradicionalmente atribuído à população feminina (Orozco, 2012). Logo, se a participação, a percepção e as necessidades femininas não são garantidas nas respostas institucionais aos desastres, os diagnósticos das vulnerabilidades, bem como as soluções propostas para adaptação aos impactos de desastres serão falhos, pois não captarão as necessidades comunitárias nem compreenderão grande parte do que ocorre no cotidiano de determinada população (Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2011). Enarson (2000, p. 5) complementa: *“women’s local community knowledge, strong social networks, key roles in families, and active work roles make them resourceful social actors in crisis, yet they are rarely recognized as ‘frontline’ responders.”*

Embora a PNPDC (Lei Federal 12.608/12) tenha representado avanços significativos para a prevenção de desastres no Brasil (Freire, 2014), a normativa falha ao não citar a questão de gênero em seu texto, ao não reconhecer as vulnerabilidades de grupos minoritários e ao não prever ações específicas para estes. Ou seja, há um claro desacordo entre a política e o consenso internacional sobre o tema.

## **A crise do novo coronavírus em Campinas**

Enquanto a vacinação não atinge toda a população, o consenso científico internacional aponta que as principais medidas a serem adotadas com o intuito de evitar a contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 se relacionam ao distanciamento social (evitar espaços fechados e lotados, bem como o contato próximo com terceiros), à utilização de máscara, à lavagem das mãos e do corpo, assim como à limpeza de superfícies que são tocadas regularmente (World Health Organization, 2021).

Apesar de serem orientações simples, muitos brasileiros e brasileiras sentem dificuldade em cumpri-las dadas as condições precárias em que parte da população vive. Intermitência do abastecimento de água, condições precárias ou inexistência de infraestrutura de saneamento, moradias autoconstruídas e superlotadas são exemplos de fatores que caracterizam a vida dos milhões de pessoas que habitam áreas informais no país. Tais condições impedem o desempenho das melhores práticas contra o vírus SARS-CoV-2 e colocam as pessoas que ali vivem em situação de especial vulnerabilidade à pandemia de COVID-19 e de outros desastres.

Em Campinas, município localizado no estado de São Paulo que conta com população de mais de 1,2 milhões de habitantes (IBGE, 2021), há mais de 53 mil domicílios em assentamentos precários (Prefeitura Municipal de Campinas, 2017). De acordo com o Instituto Água e Saneamento (2021), aproximadamente 22 mil habitantes de Campinas não possuem acesso à água encanada e cerca de 67 mil munícipes não têm esgotamento sanitário. Tais dados dão dimensão do desafio que o combate à pandemia de COVID-19 representa para a população local.

Convém evidenciar que, em 2020, grande parte das ações institucionais se concentraram nas regiões centrais do município (Silva et al., 2020). Ou seja, as áreas periféricas onde estão localizados a maior parte dos assentamentos precários não receberam medidas sanitárias significativas para contenção do vírus, deixando muitas famílias dessas localidades desassistidas durante a crise, que gerou altos índices de desemprego e fome (Fundação FEAC, 2020). Em função do cenário de precariedade vivenciado, Campinas viu surgir diversas iniciativas de base popular. Além de reforçar os laços de solidariedade entre a população, essas iniciativas garantiram a sobrevivência de inúmeras famílias. Foi neste contexto que as ações desenvolvidas na Vila Moscou e no complexo do Parque Oziel surgiram.

### **Ações populares protagonizadas por mulheres: os casos da Vila Moscou e do complexo do Parque Oziel**

Antes de apresentar os estudos de caso, convém justificar que a preferência por analisar tais comunidades se deve às suas múltiplas semelhanças e ao contexto de precariedade que as permeia. Tanto a Vila Moscou quanto o complexo do Parque Oziel têm origens semelhantes, pois começaram como ocupações irregulares que se desenvolveram às margens de córregos urbanos. Em função disso, ambas têm um histórico de convivência com desastres, como deslizamentos, enchentes, doenças e incêndios. Tal situação ocorre já que a vulnerabilidade socioeconômica observada nesses locais levou, e ainda leva, diversas famílias a autoconstruírem moradias em áreas ambientalmente sensíveis e inadequadas à ocupação, como áreas de preservação permanente. Em função desta precariedade e dos riscos de desastres presentes, ambas as áreas foram contempladas por intervenções do poder público, no âmbito das ações desenvolvidas pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC)<sup>4</sup>. Apesar das melhorias de infraestrutura implementadas pelos projetos do PAC, a Vila Moscou e o complexo do Parque Oziel ainda hoje têm centenas de famílias morando em áreas de risco, como beiras de córregos. Outro critério crucial para a seleção dessas áreas foi o protagonismo feminino local em ações de combate ao COVID-19. Por concentrarem tantas similaridades, acreditamos que o estudo de ambas poderia trazer resultados interessantes sobre a prevenção de desastres atualmente praticada no país.

Tomando por base tal contextualização, destaca-se que, para composição destes estudos de caso, realizou-se a coleta de depoimentos<sup>5</sup> de duas lideranças comunitárias: Cássia, da Vila Moscou, e Andrea, do complexo do Parque Oziel. As conversas foram realizadas via Zoom e Google Meet, de forma a respeitar o distanciamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus em 2020, ano em que estes depoimentos foram coletados. Com a permissão das mulheres com quem conversamos, os depoimentos foram gravados e são aqui apresentados parcialmente. Ademais, destaca-se que os depoimentos coletados representam as impressões empíricas das entrevistadas e serviram como ponto de partida para uma investigação teórico-documental sobre a prevenção de desastres no Brasil.

Finalmente, salienta-se que as iniciativas aqui apresentadas se desenvolveram ao longo de um período específico: março a setembro de 2020. Tal recorte temporal se justifica em função de a pandemia ter começado a gerar seus impactos mais extensos, em Campinas, por volta de março de 2020. E em setembro foi o momento em que coletamos os depoimentos. Logo, as ações por elas descritas se inserem neste período de seis meses.

## Vila Moscou

A Vila Moscou se localiza em Campinas, à margem esquerda do Ribeirão Anhumas e nas proximidades da Rodovia Dom Pedro I. Composta pelos Núcleos Residenciais Gênesis, Dom Bosco, São Quirino e Vila Nogueira, sua formação teve início na década de 1970, com a ocupação irregular de famílias vindas da cidade de São Paulo, do interior paulista e de migrantes nordestinos (Minnicelli, 2008). De acordo com a Sinopse por Setores do IBGE (2010), a Vila Moscou possui população aproximada de 8 mil pessoas. A figura 1 mostra a localização e a delimitação aproximada da área:

---

4 Lançado em 2007, o PAC teve como intuito aumentar os investimentos em infraestrutura para acelerar o desenvolvimento sustentável, aumentar a produtividade e superar as desigualdades sociais (Antonucci et al., 2017). As ações do PAC foram feitas através de parceria entre o governo federal e os governos estaduais ou municipais, que assumiram o papel de agentes promotores da intervenção ao realizar obras de urbanização, implantar equipamentos sociais, produzir novas moradias, requalificar habitações e realizar regularização fundiária (Nogueira; Paiva, 2018).

5 Convém salientar que a intenção inicial para este trabalho era, além de conversar com as lideranças dos locais estudados, também entrevistar pessoas residentes nas áreas de estudo. Contudo, as condições impostas pela pandemia do novo coronavírus impossibilitou a ida ao campo. Considerando, ainda, o contexto de precariedade em que parte da população que habita nessas comunidades está inserida, a realização de entrevistas via plataformas digitais se mostraram como um desafio, já que a falta de acesso à internet e a aparelhos eletrônicos são uma realidade nesses locais – tal precariedade foi, inclusive, destacado pelas entrevistadas em suas falas, conforme veremos na sequência. Logo, eliminou-se a possibilidade de coletar uma amostra mais extensa de entrevistas para incorporar à pesquisa aqui apresentada.

**Figura 1**  
**Localização e delimitação aproximada da Vila Moscou, em Campinas/SP**



**Fonte: Elaborado pelas autoras sob base do Google Earth (2021) e de Silveira (2012)**

Sobre a vivência da COVID-19 em sua comunidade, a liderança local Cássia, que ao longo da entrevista se identifica como uma mulher negra, dá destaque às perdas econômicas que a pandemia representou para a população da Vila Moscou e, principalmente, para a população feminina:

“O desemprego na minha comunidade já estava alto, a gente já vinha com um mar de desemprego. [...] muitas mulheres, a grande maioria das mulheres trabalhava de diarista, de doméstica. Muita gente trabalha em shopping [...], mas as lojas fecharam.... Muitas dessas mulheres perderam o emprego. [...] a mãe que tinha faxina cinco vezes por semana... Hoje, se ela faz duas ou três faxinas por semana é muito. E, hoje, as mulheres daqui tão fazendo faxina por R\$40, sabe. Antes era R\$170, R\$180 o valor da faxina [...]. Então a renda diminuiu muito ou zerou. Pra nós mulheres piorou muito, muito mesmo a situação.” (informação verbal)<sup>6</sup>

Além da questão econômica, a moradora também citou as dificuldades que a falta de acesso à internet gerou na comunidade, já que muitas das crianças da Vila Moscou não têm como acompanhar as aulas à distância, dada a falta de aparelhos eletrônicos e acesso à internet. Além disso, a dificuldade de acesso à rede fez com que diversos moradores da Vila Moscou enfrentassem problemas para solicitar o auxílio emergencial<sup>7</sup> concedido pelo governo federal:

<sup>6</sup> C. Oliveira, entrevista pessoal, 24 agosto, 2020.

<sup>7</sup> Em abril de 2020, a Lei Federal nº 13.982/20 instituiu o auxílio emergencial de R\$600 para pessoas maiores de idade sem emprego formal, mas que atuam em trabalhos informais, são microempreendedoras individuais ou contribuintes da Previdência Social “com renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo per capita ou três salários-mínimos no total, que não seja beneficiário de outros programas sociais ou do seguro-desemprego” (Cepedisa, Conectas, 2021, p. 10).

“A gente tem crianças hoje que, com essa história de estudar online, de estudar em casa, a grande maioria das nossas crianças não têm esses recursos, não têm internet em casa. Muitas vezes é um aparelho pra cinco, seis crianças. E não tem internet, então poderia liberar internet. [...] e esse auxílio de R\$600, por incrível que pareça, chegou muito pouco na nossa comunidade.” (informação verbal)

Diante de tamanha precariedade, a população da Vila Moscou se organizou para tentar remediar a situação. Quando indagada sobre quais ações ajudou a coordenar, Cássia relatou que foram diversas frentes trabalhadas para combater a fome (principal efeito da epidemia na Vila Moscou) e as condições insalubres das comunidades, propícias à propagação do vírus. No que diz respeito à mobilização para evitar a disseminação do vírus, a moradora relatou a instalação de pias comunitárias, a disponibilização de detergente para lavagem das mãos e a distribuição de álcool em gel. Também houve a organização de um grupo de mulheres da comunidade para costurar máscaras que foram doadas à população. Por fim, a comunidade elaborou e distribuiu folders informativos para conscientização de toda a população local sobre as medidas de segurança contra o vírus.

Já no que diz respeito às ações coordenadas para combater a fome na comunidade, efeito mais urgente da pandemia, Cássia relatou a parceria com diversas empresas e entidades para doação de alimentos. Foi citada a cooperação de estudantes e professoras da PUC-Campinas e de supermercados locais para o recebimento de cestas básicas. Além disso, estabeleceu-se um vínculo com o banco de alimentos do Ceasa, central municipal de abastecimento de produtos de hortifruticultura, que envia alimentos frescos para a população. Graças a essas ações protagonizadas pela comunidade, que conseguiu se mobilizar para receber as doações, muitas das famílias têm sobrevivido, apesar do desemprego latente e das condições adversas.

Mesmo com todas essas ações, Cássia aponta a perversidade do novo coronavírus em sua comunidade, que sofre o desencadeamento dos mais diversos efeitos negativos da pandemia. Exemplo disso é o aumento do número de queimaduras, o que se dá já que muitas pessoas não têm condições financeiras de pagar pelo gás de cozinha e acabam cozinhando com lenha.

“Porque ou se come ou se paga gás na comunidade. A gente aumentou em 20% os casos de acidente por queimadura na minha região porque as pessoas estão usando fogão a lenha.” (informação verbal)

Diante desses efeitos, a moradora pontua que a comunidade vem militando para que o poder público se mostre mais presente. A cessão das contas de água e energia elétrica, serviços básicos nesse momento de crise e isolamento, têm destaque na fala de Cássia. Além disso, a moradora também cita a necessidade de internet gratuita em comunidades carentes, de modo que direitos básicos da população possam ser atendidos – como o acesso das crianças às aulas à distância e a possibilidade de solicitação de benefícios garantidos pelo governo em tempos de crise.

“[estamos] lutando pra que a conta de água e energia sejam cessadas nesse momento, que não foram. Por incrível que pareça, a gente teve aumento de 20% da energia elétrica. [...] a gente tinha vários pontos de internet grátis na cidade de Campinas [...]. Mas a gente não tem internet grátis nas comunidades carentes. Nesse momento deveria ser porque a informação é importante. É importante que a comunidade tenha essa informação, sabe. É importante que tenha internet gratuita nessas comunidades para que os filhos possam estudar.” (informação verbal)

Para a moradora, os efeitos da pandemia são especialmente intensos para a população feminina da Vila Moscou, já que muitas mulheres são chefes de família e/ou mães solteiras e precisam combinar o trabalho doméstico, a criação dos filhos e o desempenho de atividade remunerada. A partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Observatório PUC-Campinas (2020) analisou o desemprego na Região Metropolitana de Campinas durante 2020. Constatou-se que mais de 2.300 postos de trabalho foram perdidos na região apenas em junho de 2020. Destes postos de trabalho, quase 60% eram ocupados por mulheres. A nível federal, também se observa o maior desemprego entre a população feminina nesse período de crise. De acordo com o IBGE (2020b), a taxa de desocupação entre as mulheres ao longo de 2020 foi de 17,1%, enquanto a dos homens foi de 11,7%. Ademais, a taxa de desocupação era maior entre as pessoas de cor preta ou parda (16,2%) do que para brancos (11,5%) neste mesmo ano. Portanto, as mulheres negras são as mais vulneráveis neste cenário.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, as ações desenvolvidas na Vila Moscou se mostraram bastante benéficas. Além do recebimento de alimentos e outros itens básicos nesse momento de pandemia, até setembro de 2020 a comunidade registrou poucos casos de coronavírus nas ocupações irregulares, onde a disseminação do vírus teria potencial para acarretar diversas mortes, dada a falta de saneamento e da insalubridade observada nas habitações.

Quando indagada sobre essa experiência de combate ao coronavírus, Cássia afirma que o momento vivido deixa ensinamentos para a comunidade, que sobrevive à crise graças à solidariedade mútua.

“Eu acho que a gente tem que resistir e florir, sabe. Não só resistir, como plantar a resistência em cada uma de nós. Não tá sozinha. Dizer assim ‘Você não tá sozinha, a gente tá junto’. Independentemente de qualquer coisa, a gente tá de mãos dadas, a gente tá junto e a gente vai caminhar junto. E é assim que a comunidade sempre resistiu.” (informação verbal)

## **Complexo do Parque Oziel**

A região denominada Parque Oziel compreende não só o bairro homônimo, mas também o Jardim Monte Cristo, a Gleba B e algumas favelas. O complexo do Parque Oziel é um grande setor de habitações precárias da cidade de Campinas, localizado ao longo da várzea do

Córrego Taubaté. A ocupação da área teve início em 1997, quando ali havia um grande vazio urbano. Hoje, sua população chega a cerca de 80 mil pessoas (Rizzati; Silva, 2017). A figura 2 mostra a localização e a delimitação aproximada dessa ocupação em Campinas:

**Figura 2**  
**Localização e delimitação aproximada do complexo do Parque Oziel, em Campinas/SP**



Fonte: Elaborado pelas autoras sob base do Google Earth (2021)

Foi nesta localidade que Andrea começou o projeto “ReExistência é Viver”, iniciativa que teve o objetivo de ajudar as pessoas residentes no complexo do Parque Oziel que não possuem estrutura que garanta seu distanciamento social, que não dispõem de saneamento básico, energia ou água encanada, muito menos acesso às mídias digitais para se cadastrar nos programas sociais ou acessar informações sobre a pandemia (Benfeitoria, 2020).

Andrea, que localiza sua fala como a de uma mulher negra e periférica, relembra o início do projeto, que começou com uma rede de amigos, e se desenvolveu a partir da parceria com a Central Única das Favelas (CUFA)<sup>8</sup>:

“Então eu decidi juntar alguns amigos pra que eles nos ajudassem a comprar algumas cestas. Começou assim bem simples, aqui uma parceria com o mercado do bairro. Então as pessoas depositavam no bairro e nós comprávamos e entrava pras famílias. Começou com pouquíssimas, começou com vinte cestas, por aí. Passou um mês mais ou menos e eu consegui fazer essa parceria com a CUFA. Potencializou muito porque o nome da CUFA naquele momento estava muito visível. [...] E isso tomou uma proporção muito legal, muito boa, porque as doações que chegavam a R\$2 mil chegou a R\$16 mil, sabe. E aí passamos da doação de vinte cestas pra doar centenas de cestas. E isso não é doar uma cesta esporádica, é fazer a manutenção dela, garantir que as famílias pudessem ser assistidas [...] foram 282 famílias assistidas.” (informação verbal)<sup>9</sup>

<sup>8</sup> A CUFA é uma organização brasileira criada há 20 anos que atua nos âmbitos político, social, esportivo e cultural. A organização foi “criada a partir da união entre jovens de várias favelas, principalmente negros, que buscavam espaços para expressarem suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver” (CUFA, 2021).

<sup>9</sup> A. Mendes, entrevista pessoal, 03 setembro, 2020.

Quando indagada sobre quais as benfeitorias que o projeto proporcionou à comunidade, Andrea relata a distribuição de cesta básicas, a entrega de produtos de higiene e máscaras, além da elaboração e divulgação de materiais informativos.

“O “ReExistência” cumpre o papel de auxiliar, principalmente, com informações, alimentos e produtos de higiene, entende? Nós construímos tudo junto, então foi CUFA e “ReExistência”, nós caminhamos juntos. [...] O kit é completo. Todos, quando nós entregamos, é produtos de higiene (higiene pessoal e limpeza), as máscaras e alimentação. Em muitos casos, nós recebemos doações também de leite, de fraldas descartáveis que também foram distribuídas nesse processo. [...] eu fiz super banners de 3m, pra que eles vissem, bem grande mesmo, pra eles entenderem que isso é perigoso, pra conscientizar mesmo. [...] E distribuição de diversos materiais educativos e informativos. [...] Foram muitas parcerias, na verdade. O recurso do projeto cumpriu o seu papel atendendo as 100 famílias e vieram mais um monte de outros parceiros que potencializaram as ações.” (informação verbal)

Questionada sobre os resultados que tais ações tiveram sobre a comunidade nesse período de crise, Andrea relata já ter observado melhorias das condições em que diversas famílias vivem, já que receberam doações sistemáticas de alimentos e produtos essenciais. Todavia, Andrea pontua que o foco de suas ações é a emancipação das pessoas beneficiadas, e não o assistencialismo. Andrea ainda destaca o impacto da iniciativa especialmente na vida das mulheres de sua comunidade:

“Tem um papel que eu quero muito cumprir dentro dessa comunidade que é fazer com que essas pessoas entendam que o assistencialismo não é bom. O assistencialismo é necessário, mas não é bom. O que é bom é você se emancipar. Então, o que eu tenho sentido, principalmente nas mulheres que me circulam, que puderam fazer com que essas ações acontecessem dentro da comunidade... é que elas estão sendo protagonistas, entendendo que elas poder fazer muito mais por elas.” (informação verbal)

Além dos benefícios mais imediatos do projeto desenvolvido no complexo do Parque Oziel, Andrea afirma que estas iniciativas são sementes para outras ações inovadoras protagonizadas por mulheres da comunidade, que objetivam maior independência. De acordo com Andrea, diversas mulheres da região vêm se organizando para iniciarem seus próprios empreendimentos e negócios a fim de alcançar autonomia financeira e conquistar melhores condições de vida. A criação de uma associação de costureiras do bairro e a parceria com Fundação FEAC são exemplos disso. Em seu depoimento, Andrea ainda afirma a importância de se levar informações à comunidade, que passa a conhecer seus direitos e, conseqüentemente, se empoderar:

“Levar informações, né, porque quando você leva informações a pessoa fala ‘ah, eu achava que eu não tinha direito a tal coisa’. Você tem direito. Então, a partir desse momento, não é só a barriga, né. Nós não temos que pensar naquele assistencialismo que quer só matar a fome. Tem que ser uma construção de empoderamento social. E é nisso que eu acredito, é nisso que eu tenho focado nas minhas ações.” (informação verbal)

Ganha destaque na fala de Andrea a ideia de que as pessoas “não são só a barriga”. Embora ações governamentais que visem a distribuição de recursos para que as pessoas em estado de vulnerabilidade tenham seu direito à alimentação garantido, elas precisam

vir acompanhadas de outras iniciativas. Acesso à rede de saneamento básico, moradia de qualidade e em locais adequados, vagas em creches e escolas públicas, atendimento médico de qualidade em hospitais públicos, acesso a áreas de lazer e equipamentos culturais, disponibilidade de uma rede pública e eficaz de transporte, internet gratuita: todos esses exemplos são direitos que, não raramente, não são garantidos à população de mais baixa renda no Brasil.

Contudo, quando indagada, Andrea afirma que a pandemia do novo coronavírus se mostrou um processo revelador e assegura que esta experiência deixa ensinamentos e aspirações para um momento pós-pandêmico:

"Eu falo que esse processo de pandemia é revelador né. Ele tira muita coisa debaixo do tapete [...]. E aí você se depara com um território que você não conhece. Então é um momento oportuno pra gente abrir os nossos olhos pra quem está do nosso lado. É um momento oportuno de se criar novas formas de viver. [...] Nós precisamos cuidar da gente, nós precisamos nos proteger, nós precisamos ir buscar o que é nosso de direito. Não é porque nós moramos aqui que não temos direito, entende? Pelo menos o que eu semeei foi isso. [...] Então, agora, cabe a nós aproveitar que nós temos mais ferramentas e, de fato, ser ferramentas transformadoras dentro da nossa comunidade." (informação verbal)

Em seu depoimento, Andrea chama atenção para a diversidade de situações e graus de vulnerabilidade presentes no complexo do Parque Oziel. Isso demonstra que os assentamentos informais não podem ser entendidos como territórios homogêneos nas políticas públicas, uma vez que cada área possui suas próprias particularidades. Conforme Bittencourt e Rocha (2019) ressaltam, a relação entre as favelas e o poder público é historicamente marcada por um processo que prioriza a erradicação ou a urbanização dos espaços informais. Nesses modelos de urbanização, há generalização dos projetos e imprecisão das propostas diante de um território vulnerável, fazendo com que a complexidade e a variedade de cada lugar não sejam considerados. Tal situação contribui para a concepção de um padrão urbanístico heterogêneo a ser perseguido e resulta na "promoção de um cenário heterônomo, custoso e inadequado" (ibidem, 2019, p. 19).

A tabela 1 sintetiza as iniciativas protagonizadas pela população da Vila Moscou e do complexo do Parque Oziel, bem como os resultados por elas obtidos.

**Tabela 1**  
**Síntese das iniciativas protagonizadas na Vila Moscou e no complexo do Parque Oziel no combate à pandemia de COVID-19 em 2020**

	Objetivos	Ações desenvolvidas	Resultados
<b>Vila Moscou</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Combate às perdas econômicas provenientes da pandemia;</li> </ul>	Doação de álcool em gel. Costura e distribuição de máscaras. Instalação de pia e disponibilização de detergente. Elaboração e divulgação de folders informativos. Arrecadação e distribuição de cestas básicas. Parcerias com supermercados e centrais de abastecimento para recebimento de alimentos e itens básicos.	Distribuição de alimentos e itens básicos. Baixo índice de contaminação por COVID-19 na comunidade.
<b>Parque Oziel</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de ações para evitar a disseminação do vírus na comunidade.</li> </ul>	Auxílio às famílias do complexo do Pq. Oziel. Através de parceria com mercados e com a CUFA, foram distribuídas cestas básicas, cestas de legumes, produtos de higiene pessoal e para limpeza da casa, além de botijões de gás e leite. Mais de 6 mil máscaras foram distribuídas na comunidade. Banners informativos foram alocados no complexo e folders educativos foram distribuídos à população.	Arrecadação de R\$16 mil para assistência de 282 famílias moradoras do complexo do Parque Oziel.

Fonte: Elaborado pelas autoras

### A participação popular na mitigação de desastres

Apresentados os estudos de caso, fica evidente a força da população na resposta ao desastre que é a pandemia do novo coronavírus. Tais experiências representaram a possibilidade de sobrevivência de diversas famílias em um momento que exacerbou e escancarou tamanha precariedade. Tem-se que as experiências apresentadas são exemplos de práticas insurgentes que muito têm a contribuir para o entendimento da capacidade de resposta da população a cenários de crise advindos de desastres.

Nesse sentido, os estudos de caso permitem uma reflexão sobre a necessidade de mudanças nos programas e normativas sobre prevenção de riscos de desastres praticados hoje no Brasil, de modo que estes passem a prever ações de mitigação e gestão que levem em conta as particularidades e as necessidades das comunidades afetadas, mas também de grupos historicamente subalternizados, relacionados a aspectos de classe, etnia e gênero. Isso é de extrema relevância à medida que, além de mais vulneráveis à ocorrência de desastres, sobre estas minorias também recai o desencadeamento de uma série de consequências em cenários de pós-desastre.

Embora o vírus SARS-CoV-2 tenha atingido fatalmente mais homens do que mulheres ao redor do mundo (Guarino, 2020), as desigualdades socioeconômicas e culturais entre gêneros evidenciam uma situação de maior vulnerabilidade da população feminina aos efeitos desta crise sanitária. A pandemia acarretou a sobrecarga do trabalho de cuidado com a família e a casa, afetando sobretudo as mulheres – que, majoritariamente, desempenham o papel de cuidadoras e asseguram o bem-estar familiar (Orozco, 2012). Em levantamento realizado pela ONG Sempre Viva Organização Feminista (2020) com 2.600 brasileiras, observou-se que 50% das mulheres entrevistadas passaram a cuidar de alguém durante a pandemia e 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia de crianças, idosos ou pessoas com deficiência.

A pandemia também trouxe dificuldades financeiras particularmente intensas para as mulheres, o que se relaciona às maiores taxas de desemprego para este segmento da população (IBGE, 2020b). Reflexo disso é que, em meio à pandemia, o Brasil vive um pico epidêmico da fome. De acordo com levantamento realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (2021), 19,1 milhões de brasileiros e brasileiras estão em situação de insegurança alimentar grave. Segundo o estudo, tal situação está diretamente relacionada a aspectos de gênero e etnia, já que em 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres foi observada situação de insegurança alimentar, enquanto 7,7% de domicílios chefiados por homens estavam em situação semelhantes. No que diz respeito à etnia, tem-se que 10,7% das residências habitadas por pessoas pretas e pardas apresenta insegurança alimentar, contra 7,5% das residências habitadas por pessoas brancas (ibidem, 2021).

Destaca-se ainda que durante o período de isolamento social imposto pela pandemia houve aumento da violência doméstica e sexual registrada em diversos países (Onyango, 2020). Tal situação é explicada pelo fato de que desastres exacerbam as desigualdades de gênero e as hierarquias de poder pré-existentes. Com a quarentena prolongada e as dificuldades econômicas daí decorrentes, a tensão no lar aumenta e as possibilidades de buscar ajuda e serviços que possam ajudar as vítimas ficam reduzidas. De acordo com Camey et al. (2020), estresses socioeconômicos e de infraestrutura, que ocorrem ou são reforçados em função da incidência de desastres sobre uma comunidade, podem aumentar as desigualdades de gêneros e a violência contra as mulheres. De acordo com relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), 1 a cada 4 mulheres brasileiras acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia de COVID-19. Ou seja, “cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano” (ibidem, 2021, p. 10).

Isto posto, destaca-se a importância de incorporar tais questões à PNPDC, a qual prioriza aspectos técnicos e ignora as vulnerabilidades e potencialidades de minorias. Tal situação contribui para a manutenção da maior vulnerabilidade de grupos minoritários, deixando-os expostos às adversidades que a ocorrência de desastres acarreta para estes segmentos da população.

Embora seja possível observar a interseccionalidade que permeia a questão dos riscos de desastres no Brasil e no mundo, uma abordagem que incorpore tal aspecto ainda não consta nas iniciativas nacionais relacionadas ao tema - apesar dos diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, conforme mencionado anteriormente. Retomando os depoimentos de Andrea e Cássia, ambas as moradoras identificaram empiricamente a maior vulnerabilidade feminina em suas comunidades. Nesse sentido, políticas e planos que entendam tais diferenças nos graus de vulnerabilidade, tanto no pré como no pós-desastre, e que prevejam diretrizes que considerem estes aspectos, são essenciais para ações de RRD no país.

Os estudos de caso demonstram, ainda, o potencial do protagonismo feminino e comunitário para enfrentamento aos riscos de desastres e seus efeitos. As iniciativas aqui analisadas se mostraram fundamentais em um momento de profunda crise econômica e sanitária vivida no país, tendo representado a única possibilidade de acesso a alimentos e produtos de higiene para muitas famílias. Ressalta-se a importância da inclusão da população, conhecedora da realidade na qual está inserida, no processo de elaboração de políticas públicas voltadas à mitigação e gestão do risco de desastres. Trata-se de um importante meio para buscar soluções integradas e que levem em consideração as urgências observadas e vividas pela população, de modo que as estratégias se pautem nas necessidades específicas de cada território. Ressalta-se, portanto, a importância de um diálogo entre conhecimento científico e comunitário de modo que ações de prevenção do risco sejam construídas local e comunitariamente.

Porto e Finamore (2012) destacam que a escuta do conhecimento local é essencial para a definição de estratégias institucionais à medida que permite compreender dados importantes, como as noções de identidade e lugar, bem como elementos tradicionais locais que trazem à tona valores e percepções comunitários compartilhados. Gohn (2006) complementa ao afirmar que a sociedade civil organizada faz diagnósticos e prognósticos, cria soluções, colabora na solução dos problemas e gera inovações. Para a autora, é no plano local que se concentram as forças sociais de uma comunidade, permitindo a superação de dificuldades, gerando coesão social e forças emancipatórias. Em suma, o processo de participação propicia às pessoas a oportunidade de atuarem ativamente na vida das suas comunidades, sobre as quais possuem conhecimentos que, muitas vezes, são ignorados (ibidem, 2006).

Nesse sentido, destaca-se o que Holston (2016) chama "planejamento insurgente", caracterizado por ser uma prática contra hegemônica, transgressiva, imaginativa e baseada em ações de auto-organização da população. O planejamento insurgente contesta as condições atuais por meio da articulação de propostas alternativas surgidas da auto-organização de cidadãos que investigam, decidem e agem sobre suas respectivas realidades (ibidem, 2016). Tal prática nasce da luta contra a produção neoliberal do espaço urbano que perpetua a exclusão e a discriminação de segmentos sociais historicamente marginalizados, como a população negra, mulheres, comunidade LGBTQ+ etc. e busca por uma inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados (Mirafteb, 2016).

Logo, o planejamento insurgente, cujo aspecto central é a compreensão do fracasso das condições urbanas em termos de direitos (Holston, 2016), aparece como uma prática de resistência, resiliência e reconstrução à medida que expõe as relações dicotômicas entre planejadores e participantes, saberes técnicos e comunitários (Manzi; Latendresse, 2018).

Caldeira (2017) complementa ao afirmar que, em diversas partes do mundo, movimentos sociais e organizações de base das periferias melhoraram a qualidade do espaço urbano e da vida da população ao mesmo tempo que produziram transformações políticas. Tem-se, portanto, que a sociedade auto-organizada carrega a possibilidade de dar voz a demandas que estão na origem da experimentação de novas formas de administração local e da invenção de novas abordagens de políticas sociais e de planejamento (ibidem, 2017).

Denota-se, portanto, a importância do envolvimento comunitário no plano local para a construção de um conhecimento coletivo capaz de mitigar a ocorrência de desastres e reduzir a vulnerabilidade da população. Porto e Finamore (2012) afirmam que a integração entre o conhecimento popular e outras formas de conhecimento potencializam o desenvolvimento de práticas mais democráticas, uma vez que reduzem assimetrias de poder e acesso a recursos que conformam contextos de vulnerabilidade socioambiental.

Não obstante, o poder público não pode se eximir de seu papel de garantidor dos direitos fundamentais. Para tanto, são necessários investimentos em infraestrutura, habitação, saneamento etc. a fim de diminuir a vulnerabilidade da população.

Por fim, retomando os depoimentos coletados, bem como as considerações aqui traçadas, reforça-se que a escuta de mulheres, frequentemente engajadas em lutas por melhorias em suas comunidades, possui grande potencial para tornar as políticas públicas mais eficazes e, com isso, gerar melhorias territoriais, além de minimizar as vulnerabilidades urbano-ambientais vivenciadas pela população como um todo. Nesse sentido, a implantação de ações de mitigação e gestão de risco orientadas para e pela população se mostra como importante diretriz a ser incorporada nas políticas e planos nacionais de RRD.

## **Conclusões**

Ao longo do artigo, apresentamos os argumentos que permitem interpretar a pandemia de COVID-19 como um desastre, bem como ressaltamos a maior vulnerabilidade feminina diante deste evento. Em função das consequências acarretadas pela ampla disseminação da pandemia, como o desemprego e a fome, o país viu surgir diversas iniciativas de base popular que buscaram promover o bem-estar de comunidades carentes. Os estudos de caso aqui apresentados, a Vila Moscou e o complexo do Parque Oziel, se inserem neste contexto. As lideranças entrevistadas narraram as ações promovidas em suas respectivas comunidades ao longo de 2020 para evitar a disseminação do vírus SARS-CoV-2 e garantir o acesso da população a alimentos e produtos de higiene. Apesar da vulnerabilidade de toda a população a esta ameaça, as mulheres estão particularmente expostas aos efeitos

adversos deste desastre, como maiores índices de desemprego, dificuldades financeiras, sobrecarga de trabalho doméstico e aumento de violência doméstica. Nesse sentido, é de suma importância que a PNPDC incorpore as particularidades e as necessidades das comunidades afetadas e de minorias sociais, relacionadas a aspectos de classe, etnia e gênero, englobando-as nos processos de gestão dos riscos de desastres.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Referências bibliográficas

- Alcántara-Ayala, I. et al. (2021). Editorial: Root causes and policy dilemmas of the COVID-19 pandemic global disaster. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, (52), 1-3. doi: 10.1016/j.ijdrr.2020.101892
- Antonucci, D. et al. (2017). Da luta pela moradia à urbanização de assentamentos precários: a política habitacional no Brasil. In: M.L. Zuquim et al. (Org.). *Barrios populares Medellín: favelas São Paulo*. São Paulo: FAUUSP.
- Benfeitoria (2020). [SP] *ReExistência é viver*. Recuperado de <https://benfeitoria.com/resistenciaeviver>
- Bittencourt, E.; Rocha, C. (Maio de 2019). As contradições nas políticas públicas na favela: Pobreza, urbanização e ideologia. *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Natal, Brasil.
- Bullard, R. (1983). *Confronting Environmental Racism. Voices from the Grassroots*. Boston: South End Press.
- Caldeira, T. (2017). Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, 35(1), 3–20. doi: 10.1177/0263775816658479
- Camey, I. et al. (2020). *Gender-based violence and environment linkages: The violence of inequality*. Recuperado de <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2020-002-En.pdf>
- Central Unica Das Favelas – CUFA (2021). *Fazendo do nosso jeito há 20 anos*. Recuperado de <http://cufa.org.br/sobre.php>
- Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário - CEPEDISA; Conectas Direitos Humanos (2021). *Boletim nº 10: Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Recuperado de <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-10>
- Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (2021). *Situation update 22 July 2021*. Recuperado de <https://www.ecdc.europa.eu/en/covid-19-pandemic>
- Congresso em Foco (2021). *Painel COVID-19*. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/covid19/index.html>
- EM-DAT: The International Disaster Database - Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (2021). Recuperado de [www.emdat.be](http://www.emdat.be)
- Enarson, E. (2000). *Gender issues in natural disasters: talking points and research needs*. Recuperado de [https://www.academia.edu/943593/Gender\\_issues\\_in\\_natural\\_disasters\\_Talking\\_points\\_and\\_research\\_needs](https://www.academia.edu/943593/Gender_issues_in_natural_disasters_Talking_points_and_research_needs)
- Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (2011). *Subsídios Para A Elaboração Do Plano Nacional De Adaptação Aos Impactos Humanos Das Mudanças Climáticas*. Recuperado de <http://coepbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Subsídios-Plano-Nacional-de-Adaptacao.pdf>

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021). *Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatoriovisivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Freire, A. (2014). *A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e as ações do Governo Federal na gestão de riscos de desastres* (Dissertação de mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Freitas, C. et al. (2020). COVID-19 as a global disaster: Challenges to risk governance and social vulnerability in Brazil. *Revista Ambiente e sociedade*, (23), 1-12. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200115vu2020L3ID>
- Fundação FEAC (2020). *Principais demandas emergenciais na percepção das lideranças nos territórios mais vulneráveis aos impactos da pandemia de Covid-19 em Campinas*. Recuperado de <https://www.feac.org.br/pesquisa/>
- Fundação João Pinheiro (2021). *Déficit Habitacional no Brasil: 2016 - 2019*. Recuperado de [http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03\\_Relatorio-Déficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v1.0\\_compressed.pdf](http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Déficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v1.0_compressed.pdf)
- Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (2020). *A gestão de riscos e governança na pandemia por COVID-19 no Brasil: análise dos decretos estaduais no primeiro mês: relatório técnico e sumário executivo*. Rio de Janeiro: CEPEDS/ENSP/Fiocruz.
- Gohn, M. (2007). Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Revista Política e Sociedade*, (11), 41-70. doi: <https://doi.org/10.5007/%25x>
- \_\_\_\_\_. (2006). Políticas públicas e processos de emancipação: impactos da globalização econômica na realidade brasileira. *Caderno CRH*, 19(48), 537-549. doi: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v19i48.18873>
- Guarino, B. (2020, 17 outubro). *Why the coronavirus is killing more men than women*. The Washington Post. Recuperado de <https://www.washingtonpost.com/science/2020/10/17/coronavirus-men-immune-system/>
- Holston, J. (2016). Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, 18(2), 191-204. doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p191>
- Instituto Água e Saneamento (2021). *Campinas (SP)*. Recuperado de <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/sp/campinas>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021). *Campinas – População*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>
- \_\_\_\_\_. (2020a). *PNAD Contínua - Divulgação: Março de 2021. Trimestre: out-nov-dez/2020*. Recuperado de [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Quadro\\_Sintetico/2020/pnadc\\_202004\\_trimestre\\_quadroSintetico.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2020/pnadc_202004_trimestre_quadroSintetico.pdf)
- \_\_\_\_\_. (2020b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19. Outubro/2020*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101772.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2019). *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2010). *Censo demográfico: Aglomerados subnormais, informações territoriais*. Rio de Janeiro, IBGE. Recuperado de [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if)
- Lacerda, L. et al. (2021, 22 abril). *Porque o déficit habitacional brasileiro é feminino*. *Labcidade*. Recuperado de <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>
- Lavell, A. et al. (2020). La construcción social de la pandemia COVID-19: desastre, acumulación de riesgos y políticas públicas. *Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina*. Recuperado de <https://www.desenredando.org/>
- Manzi, M.; Latendresse, A. (2018). Planejamento Insurgente e Direito à Cidade: Um Olhar Cruzado entre as Experiências de Planejamento de Bairro de Montreal e Salvador. In: A. Fernandes; M. Chagas (Org.). *O direito à cidade na França e no Brasil: uma nova agenda urbana? Questões para um debate necessário e fecundo*. Salvador: PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum.
- Ministério da Saúde (2021). *Covid no Brasil*. Recuperado de [https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

- Minnicelli, J. (2008). *Regularização fundiária em Áreas de Proteção Permanente (APPs). Conflitos das gestões urbanística e ambiental*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil.
- Miraftab, F. (2016). Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(3), 363-377. doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>
- Nogueira, F.; Paiva, C. (2018). Uma contribuição ao tratamento de riscos em urbanização de assentamentos precários. *Oculum ensaios (Campinas)*, 15(3), 437-454. doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v15n3a4182>
- Observatório Puc-Campinas (2020, 21 agosto). *Informativo Mensal Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Campinas Julho/2020*. Recuperado de <https://observatorio.puc-campinas.edu.br/informativo-mensal-mercado-de-trabalho-na-regiao-metropolitana-de-campinas-julho-2020/>
- Onyango, M.A. (2020, 11 maio) Sexual and gender-based violence during COVID-19: lessons from Ebola. *The Conversation*. Recuperado de [https://theconversation.com/sexual-and-gender-based-violence-during-covid-19-lessons-from-ebola-137541?utm\\_medium=Social&utm\\_source=Twitter#Echobox=1589188938](https://theconversation.com/sexual-and-gender-based-violence-during-covid-19-lessons-from-ebola-137541?utm_medium=Social&utm_source=Twitter#Echobox=1589188938)
- Orozco, A. (2012). Ameaça tormenta: A crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: N. Faria (Org.) *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF.
- Porto, M.; Finamore, R. (2012). Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6), 1493-1501. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600013>
- Prefeitura Municipal de Campinas (2021a). *Painel COVID-19 Monitoramento de dados de Campinas*. Recuperado de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJoiMDBiNDQ4ZjYtZWEMi00N2FILWE4MmEtNWUzNmMwYzdhNzJiliwidCI6LjU1YTAxODNmLTÉwMzQtNGU3Ni1hMDYyLWVmZjYwMzgwZGJmNSJ9&page-Name=ReportSection55f39bbb48d0072a6905>
- \_\_\_\_\_. (2021b). *Boletim Epidemiológico Semanal (02/07/2021)*. Recuperado de [https://covid-19.campinas.sp.gov.br/sites/covid-19.campinas.sp.gov.br/files/recomendacoes-tecnicas/21\\_02\\_07\\_21\\_BoletimSemanal\\_COVID19.pdf](https://covid-19.campinas.sp.gov.br/sites/covid-19.campinas.sp.gov.br/files/recomendacoes-tecnicas/21_02_07_21_BoletimSemanal_COVID19.pdf)
- \_\_\_\_\_. (2017). *Plano Diretor Estratégico - Caderno de Subsídios*. Recuperado de [https://planodiretor.campinas.sp.gov.br/sites/planodiretor.campinas.sp.gov.br/files/20170412\\_caderno\\_site.pdf](https://planodiretor.campinas.sp.gov.br/sites/planodiretor.campinas.sp.gov.br/files/20170412_caderno_site.pdf)
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (2021). *Insegurança alimentar e COVID-19 no Brasil*. Recuperado de [http://olheparaafofome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafofome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf)
- Rizzatti, H.; Silva, A. (2017). Cidades e contra-racionalidades: ocupações urbanas em Campinas/SP (do Parque Oziel ao Jardim Campo Belo). *Revista Ra'e Ga (Curitiba)*, (40), 211-230. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v40i0.46339>
- Sempre Viva Organização Feminista (2020). *Pesquisa SEM PARAR o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Recuperado de [http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf)
- Silva, J.L.; Gottardello, M.F.; Samora, P.R. (Março de 2021). COVID-19 em assentamentos informais urbanos e a necessária associação entre poder público e população: o caso de Campinas/SP. *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, Brasil.
- Silveira, A.F. (2012) *Sustentabilidade e vivências: construção de metodologia para análise do meio ambiente urbano na bacia hidrográfica do Ribeirão Anhumas, Campinas – SP*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil.
- United Nations & International Strategy for Disaster Reduction (2008). *Gender Perspectives: Integrating Disaster*. Recuperado de <https://www.undrr.org/publication/gender-perspectives-integrating-disaster-risk-reduction-climate-changeadaptation>
- United Nations Office for Disaster Risk Reduction (2012). *Disaster through a different lens: behind every effect, there is a cause*. Recuperado de [https://www.preventionweb.net/files/20108\\_mediabook.pdf](https://www.preventionweb.net/files/20108_mediabook.pdf)
- World Health Organization (2021). *Coronavirus disease (COVID-19) advice for the*

*public*. Recuperado de <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>  
Zaidi, Z.; Fordham, M. (2021). The missing half of the Sendai framework: Gender and women in the implementation of global disaster risk reduction policy. *Progress in Disaster Science*, (10), 1-7. doi: <https://doi.org/10.1016/j.pdisas.2021.100170>



**Este es un artículo de acceso abierto bajo licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional**